



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1ª Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de novembro de 2024 foram visados 168 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando 2,4 mil milhões de euros.

No mesmo período houve uma recusa de visto, num valor 3,8 milhões de euros.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS NOVEMBRO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	81	35,37	585 134 818,39	24,52
Visto com Recomendações	56	24,45	1 751 892 067,29	73,43
Declaração de Conformidade Homologada	31	13,54	45 089 521,87	1,89
Recusa de Visto	1	0,44	3 775 986,00	0,16
Outras extinções da instância (*)	60	26,20	29 807,15	0,00
TOTAL DE DECISÕES	229	100	2 385 922 200,70	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2024

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	1038	32,54	4 425 261 292,11	42,06
Visto com Recomendações	853	26,74	5 551 966 991,91	52,77
Declaração de Conformidade Homologada	444	13,92	480 289 485,19	4,56
Recusa de Visto	20	0,63	50 466 864,25	0,48
Outras extinções da instância (*)	835	26,18	13 565 694,30	0,13
TOTAL DE DECISÕES	3190	100	10 521 550 327,76	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão